

# ESCOLA E EDUCAÇÃO EM GRAMSCI

Michele Corrêa de CASTRO<sup>1</sup>;  
Valdir Lemos RIOS<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente texto pretende problematizar o papel da escola e da educação em Gramsci, tendo em vista as contradições objetivas nestas esferas, bem como o caráter político pedagógico e dialético que envolve a contribuição deste teórico. São conceitos centrais neste trabalho: "hegemonia", "cultura", "práxis social", "intelectual orgânico" e "bloco histórico", bem como a concepção emancipatória do que é educação e escola.

**Palavras-chave:** Educação; Gramsci; Escola.

Gramsci embora seja analisado como um pensador culturalista e/ou idealista e reformista, por um lado, por outro, é considerado como um elaborador de uma teoria revolucionária, um defensor da Revolução Bolchevique. Além disto foi um dos fundadores, em 1921, do Partido Comunista Italiano, do qual era o principal dirigente em 1926, quando foi preso pelo fascismo. Durante os anos de prisão e até sua morte, em 1937, manteve e aprofundou suas concepções político-iedológicas. Assim, Gramsci debruçou-se sobre a realidade enquanto totalidade permeada de contradições e mediações, processos e estruturas. A realidade objetiva foi analisada por Gramsci a partir de uma multiplicidade de significados, evidenciando que o conjunto das relações constitutivas do ser social envolve conflitos e alianças. No que se refere à sua compreensão de cultura, Gramsci se preocupa com a cultura em termos amplos pra além da cultura política, mas também se preocupa com a cultura política, necessária ao desenvolvimento humano.

Cultura e política são questões inseparáveis, assim como economia e política. Cultura é para Gramsci, um dos instrumentos da práxis sócio-política, sendo ela, uma das

---

<sup>1</sup>. Bacharel em Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp Campus de Marília. Quintoanista do Curso de Ciências Sociais, Licenciatura Plena. Orientanda do professor Drº. Marcos Tadeu Del Roio. E-mail: [mcastro.unesp@gmail.com](mailto:mcastro.unesp@gmail.com)

<sup>2</sup>. Quartoanista do Curso de Ciências Sociais, Licenciatura Plena. Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp Campus de Marília. Orientando do professor Drº. Marcos Tadeu Del Roio. E-mail: [valdirlemos.unesp@gmail.com](mailto:valdirlemos.unesp@gmail.com)

vias que pode vir a propiciar às massas uma consciência verdadeiramente criadora de uma outra ordem hegemônica. Isto nos remete a pensar que a hegemonia, enquanto direção moral e intelectual não se faz apenas na estrutura econômico-política da sociedade, se faz também no campo das idéias e da cultura, na capacidade de uma classe específica criar o consenso e de formar uma base social concreta, ou seja, nas formas de pensar e construir estratégias de acordo com orientações ideológicas. Nesse sentido, escreve Gramsci no Caderno 13 (GRAMSCI, 2001), que a ciência e a arte política, dizem respeito a um conjunto de regras práticas de pesquisas e de observações particulares úteis para despertar o interesse pela realidade efetiva e suscitar intuições políticas mais rigorosas.

Desta maneira, Gramsci é pontual a respeito da escola, bem como do partido e da questão econômica como uma determinação central da sociedade. Conforme aponta, no sentido de denúncia, a diferenciação classista das escolas, umas, a maioria, para formar operários e outras para formar especialistas e dirigentes. No entanto, já se abre a possibilidade, por volta da década de 1930, de formação de dirigentes apenas técnicos, para as atividades jurídico-formais, ou seja, coloca-se um risco para a vida político-estatal, a formação de dirigentes com um mínimo de cultura que saiba apenas aplicar as soluções projetadas pelos especialistas, ou seja, já se apresenta a formação de técnicos-políticos, se assim pode-se dizer.

Embora Gramsci esteja analisando a particularidade italiana, ele é extremamente importante para analisarmos a particularidade brasileira, considerando que o Brasil sofreu um processo de revolução passiva, no processo de “independência” e em 1964, por exemplo, semelhante ao que a Itália sofreu no processo de unificação em 1870/71, também é Brasil um país de desenvolvimento tardio do capitalismo, considerado hiper-tardio para alguns autores, assim como a Itália. É relevante acrescentar que Gramsci não está analisando apenas as escolas soviéticas ou as escolas vermelhas, também faz uma análise crítica da escola tradicional e da escola nova. Para ele a escola tradicional não corresponde à demanda e à dinâmica social, essa se preocupa em responder à cultura industrial. Já a escola nova representa a reafirmação da hegemonia burguesa num processo de transformação de diferenças em desigualdades, por outro lado, assim como Marx (1973; 1982; 1985; 1986), Gramsci reconhece a importância da burguesia no desenvolvimento histórico e reconhece a relevância das idéias da escola nova. A experiência soviética,

embora Gramsci também tenha críticas quanto aos seus desdobramentos na União Soviética, era a única, para ele, que propunha a unidade entre trabalho intelectual e trabalho manual, mesmo ela não superando a perspectiva de escola classista, e nisto consiste uma das críticas de Gramsci a esta escola. A escola profissionalizante, também é criticada pelo autor como uma forma de enfatizar ou reforçar a divisão social do trabalho. Por outro lado, Gramsci compreende que em termos metodológicos e de formação, que todos precisam ter acesso à cultura dominante, a cultura socialmente construída, apropriada de maneira privada, que dê as devidas condições de todos serem dirigentes, ou melhor, de todos estarem em condições de assumirem funções de dirigentes. Mesmo não sendo este o fim último para Gramsci isto permitiria com que as pessoas tivessem acesso àquilo que historicamente foram privadas, do conhecimento construído coletivamente, transformado em propriedade privada. É com este conteúdo dialético que Gramsci compreende a transmissão tradicional do conhecimento, não como um tipo ideal, mas como parte de um processo político de construção de uma outra hegemonia ou de uma contra-hegemonia. Este teórico compreende que toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica: processo de aprendizado pelo qual a ideologia da classe dominante se realiza e se transforma em senso comum, mas como pedagogia política pode permitir a transmissão de um saber prático.

Tanto no campo da economia, quanto no sócio-político, embora estes não sejam coisas separadas, os grupos sociais, nascendo de sua função no mundo da produção, criam para si, de modo orgânico, uma ou várias camadas de intelectuais que lhes dão consciência e unidade de sua própria função. Deste modo, Gramsci nos dá o exemplo dos empresários:

Os empresários – se não todos, pelo menos uma elite deles – devem possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou, pelo menos, devem possuir a capacidade de escolher os “pressupostos” (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à fábrica. Pode-se observar que os intelectuais “orgânicos”, que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo, são, no mais das vezes, “especializações” de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz. (GRAMSCI. 1979, p. 04).

Os grupos sociais surgiram na história a partir da estrutura econômica que os antecederam, mas os mesmos se deparam com os intelectuais preexistentes, que

representavam a continuidade histórica. Um exemplo disto foram os intelectuais eclesiásticos, organizadamente vinculados à aristocracia fundiária feudal. Mas o que seria intelectual, quem são os intelectuais?

Em termos gramscianos, “[...] *todos os homens são intelectuais*”. (1979, p. 07), mas nem todos eles desempenham tal função. Para Gramsci é um erro metodológico caracterizar de maneira unitária as atividades intelectuais e distinguí-las dos diversos agrupamentos sociais. Este autor compreende que em qualquer trabalho físico, mesmo o mais degradado, existe um nível mínimo de qualificação técnica e isto representa um nível mínimo de atividade criadora, de atividade-intelectual. Por outro lado, não desconsidera a distinção de graus de atividade específica intelectual, no sentido do esforço da elaboração “intelectual-cerebral” e do esforço “muscular-nervoso”.

“Todos são intelectuais”, porque todos possuem a capacidade, a potência de transformação social do ponto de vista mediato, e todos possuem a capacidade criativa não desenvolvida em sua essência na forma trabalho-alienado. E no mundo moderno, a educação técnica abre a possibilidade de um novo tipo de intelectual, mais ativamente ligado à vida prática, como construtor, organizador, persuador e, segundo Gramsci (1979, p. 08), “[...] *superior ao espírito matemático abstrato*”; da técnica-trabalho abre-se à possibilidade de se elevar à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, pela qual pode-se chegar a dirigente (classe dirigente). Neste terreno histórico-concreto, formam-se camadas que produzem tradicionalmente intelectuais. Assim, os diversos tipos de escolas (clássicas e profissionais) em conjunto com as aspirações econômicas destas camadas, determinam à produção dos ramos de especialização. Diante deste contexto, se formam os intelectuais orgânicos do grupo dominante para exercer as funções subalternas da hegemonia política, social e econômica. As classes dominadas passam a se orientar por este grupo dominante, por causa de sua posição no mundo da produção e àqueles grupos que não “consentem”, são assegurados pela coerção estatal.

Dentre outras coisas, Gramsci considera além da escola única, propriamente dita, o partido como tendo uma função diretiva e não organizativa, isto é, de educar, considerando as características mais gerais até as mais específicas de formação sócio-econômica e política do desenvolvimento do grupo social, educar no sentido político e filosófico. Tendo isto em vista e o fato de que na civilização moderna (complexa no sentido técnico-científico

e nas relações sociais) podemos afirmar que toda atividade prática por tendência, cria uma escola específica para dirigentes e especialistas. Assim, Gramsci reitera a necessidade de uma escola única, de sentido humanista, destinada a desenvolver em cada sujeito uma cultura geral, bem como de educar para a vida.

A tendência hoje é a de abolir qualquer tipo de “escola desinteressada” (não imediatamente interessada) e “formativa”, ou conservar delas tão-somente um reduzido exemplar destinado a uma pequena elite de senhores e de mulheres que não devem pensar em se preparar para um futuro profissional, bem como a de difundir cada vez mais as escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados. A crise terá uma solução que, racionalmente, deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiência de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo. (GRAMSCI. 1979, p. 118).

Isto requer que o Estado, a princípio, assuma as despesas com os serviços públicos, requer que a educação como um todo seja pública sem diferenciar classes. É na escola que o estudo e o aprendizado científico deve começar, não se restringir às universidades, a escola única deve ser uma escola criadora, que desenvolva a autonomia dos sujeitos. O Estado deve ser entendido, segundo Gramsci, como “educador” na medida em que tende precisamente a criar um outro tipo ou nível de civilização, uma vez que este opera sobre as forças político-econômicas que se reorganizam. O Estado é também um instrumento de “racionalização”, atua, pressiona, incita, solicita e pune, cria condições e modos de vida. Nesse contexto, Gramsci atribui uma dupla função à escola, numa perspectiva dialética: a de conservação e a de superação das estruturas capitalistas. Além disto, faz uma revisão do conceito de Estado, dividido em duas esferas em termos metodológicos, pois o autor compreende que ambos os processos caminham juntos: a sociedade política (onde se concentra o poder repressivo da classe dirigente) e a sociedade civil (constituída pelas associações privadas – igreja, escola, sindicato, meios de comunicação), onde se busca obter o consentimento dos governados, através da difusão de uma ideologia unificadora. Através da sociedade civil, como expressão do momento da persuasão e do consenso, junto com o momento da repressão (sociedade política), é que se assegura a manutenção da estrutura de poder (o Estado).

Para a realização da hegemonia a classe dominante recorre a instituições privadas, dentre elas a escola, uma vez que este exercício permite a dominação das consciências – um momento indispensável para se estabelecer uma relação de dominação. No entanto, também abre a possibilidade da classe oprimida criar e consolidar uma contra hegemonia, uma vez que a sociedade civil é o lugar da circulação livre de ideologias. A hegemonia, portanto, implica uma passagem do momento ético-político (ou egoísta e economicista) para o ético-político universal, onde se supera os interesses meramente econômico-cooperativos, momento que Gramsci denomina por cartase, a qual configura o momento de uma relação hegemônica.

A análise do momento das relações de forças consiste em diferenciações e graus de consciência, do econômico-cooperativo para a superação do mesmo, supera-se o círculo cooperativo, de grupo meramente econômico e podem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados, uma fase mais política, que remete a passagem da estrutura para a superestrutura, é a fase em que as ideologias se transformam em partidos que se confrontam e tendem a se erradicar por toda arena social, determinando os fins da política e a unidade intelectual e moral, criando, desta forma, a hegemonia de um grupo.

Neste contexto, Gramsci compreende que a construção de uma educação emancipatória depende da corrosão do bloco histórico dominante. Deste modo, Gramsci não se limita à crítica da sociedade existente, mas também oferece instrumentos para se pensar e realizar, com o auxílio da escola e das demais instituições da sociedade civil, uma nova estrutura social. Mesmo considerando em termos dialéticos que a política educacional estatal age e se manifesta na superestrutura, no entanto, sua ação visa à infra-estrutura, onde ela procura assegurar a reprodução ampliada do capital e as relações de trabalho e de produção que se sustentam, ao mesmo tempo, compreende a escola como um espaço político a não ser descartado, pois é um espaço de disputa e de se traçar estratégias políticas, sendo uma delas o acesso ao conhecimento historicamente acumulado e socialmente construído, enquanto uma necessidade de todos, como um direito da classe trabalhadora em se apropriar de um determinado tipo de cultura, a qual não se refere apenas à apropriação do conhecimento elaborado, compreende, também, a forma de pertencimento do humano, enquanto humano, no mundo.

Assim, o princípio de escola única para Gramsci não diz respeito a uma escola igual para todos, uma vez que a igualdade é colocada como resultado do processo, mas uma escola que proporcione a todos os homens o acesso ao conhecimento, de acordo com suas necessidades, com suas respectivas realidades históricas, uma escola que proporcione a todos a condição de se tornar dirigentes.

Em termos filosóficos e teleológicos, a negação do existente, portanto, seria a única possibilidade que restaria ao conhecimento crítico e a educação, ou seja, abrir-se-ia a possibilidade de se contrapor ao movimento das imposições objetivas que reduzem o conhecimento e à educação ao *status quo*. Por outro lado, o estado de reificação não deve ser negado simplesmente, mas refletido, enquanto uma determinação do real e o real, neste seio, também deve ser negado, não enquanto absoluto, mas enquanto uma determinação a ser superada. Assim, o que pode ser denominado por educação, é aquilo que pode ser realizado por sua própria configuração espiritual e que atua na sociedade de maneira mediata, de acordo com sua integridade espiritual ou de acordo com sua essência e não mediante a adequação imediata às imposições do existente. Isto é parte do processo educativo em termos de apreensão, mas que deve servir para elucidar a prática e se fazer na práxis social objetiva.

Em outras palavras, a educação para ser efetiva deve ter como norte a emancipação como elemento central, bem como considerar as contradições históricas objetivas. Uma formação concreta deve ser aquela que em seu dinamismo exponha as contradições que estão presentes na sociedade, ou seja, aquela que pressupõe o princípio de não-identidade entre realidade e conceito, entre forma social e existência humana.

A construção de um sujeito crítico e emancipado, por sua vez, passa pelo estranhamento frente ao que está colocado, na compreensão de educação enquanto protesto do particular frente às generalizações, ou seja, um protesto contra a adaptação e contra o conformismo. A educação não deve ser uma modelagem de pessoas e nem a mera transmissão de conhecimentos, mas sim a produção de uma consciência verdadeira, crítica e autônoma. Nisto consistiria a maior importância política, cujo princípio de formação se baseia na democracia não como algo formal, e sim como parte do processo de emancipação dos sujeitos sociais. Mas enquanto poucos lutam para alcançar este objetivo, embora não podemos perder de vista isto como sendo nosso norte, precisamos resgatar, ao menos, o

conhecimento tradicional em suas ausências nas escolas públicas brasileiras e garantir que todos tenham acesso ao mesmo, propiciar que todos assumam a sua condição de intelectuais, embora ainda não orgânicos, propiciar a todos que saiam da sua condição violenta de analfabeto funcional.

### **Referências**

GRAMSCI, A. Os Intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

\_\_\_\_\_. Cadernos do cárcere. Caderno 13: Maquiavel a política e o estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. A questão meridional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MARX, K. O Capital. Tomo I. Vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. Sociologia. Org: IANNI, O. São Paulo: Ática, 1982.

\_\_\_\_\_. Prefácio Contribuição para a crítica da economia política. Lisboa: Estampa, 1973.

\_\_\_\_\_. A ideologia alemã. São Paulo: Hucitec, 1986.

### **ARTIGO RECEBIDO EM 2007**

---